

“PALADINOS DA LIBERDADE”. A EXPERIÊNCIA DO CLUBE NEGRO DE CULTURA SOCIAL EM SÃO PAULO (1932-1938) *

Petrônio Domingues

Doutorando do Programa de História Social-FFLCH/USP
Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Resumo

O objetivo desse artigo é romper com o relativo silêncio historiográfico que envolve a luta organizada do negro no combate ao racismo neste país, em particular, nas primeiras décadas do período republicano. Por isso, resolvemos oferecer subsídios para se fazer, pioneiramente, um resgate histórico da entidade *Clube Negro de Cultura Social* (1932-1938) e, centralmente, analisar seus dois veículos informativos oficiais: a revista *Cultura*, na primeira fase, e o jornal *O Clarim*, na segunda fase da organização.

Palavras-Chave

Negro • Racismo • Movimento Negro • Relações Raciais

Abstract

The purpose of this article is to break with the historiographical silence that persists in the organized black movement against racism in Brazil, in particular with respect to the first decades of the Republican period. The article offers elements for a pioneer study of a social entity called the *Clube Negro de Cultura Social* (1932-38), analyzing its two official publications: the magazine *Cultura*, during the first phase, and the newspaper *O Clarim*, during the organization's second phase.

Keywords

Black People • Racism • Black People Movement • Racial Relationships

* Agradeço a leitura minuciosa de Marcos Cesaretti e os comentários do Prof. Antônio Sérgio Alfredo Guimarães.

(...) em lugar de um choque frontal entre pretos e brancos, a solução brasileira seria negar e sempre negar que no Brasil exista qualquer tipo de questão ou problema de preconceito e discriminação raciais. Isto a despeito das incontáveis denúncias da imprensa, das várias pesquisas da ciência social, dos livros publicados, dos depoimentos e das reivindicações coletivas dos afro-brasileiros, afirmando, provando o contrário. A classe dominante no Brasil procede como uma antecipação dos ensinamentos de Goebbels, o famoso ideólogo do III Reich, de que a mentira, sustentada insistentemente, é capaz de criar uma nova verdade. (...) O Brasil oficial dispendeu grande esforço tentando criar a ficção histórica segundo a qual o país representa o único paraíso da harmonia racial sobre a terra, o modelo a ser imitado pelo mundo. (...) Com a queda do colonialismo na África e o levante dos povos negros de todas as partes do globo, também no Brasil se desintegra a parafernália de artifício, de subterfúgio, de hipocrisia, montada para ocultar o crime que se pratica contra as massas negras.

Abdias do Nascimento

Introdução

Reconhecemos os avanços significativos na construção da história do negro no Brasil, entretanto, muitos capítulos dessa história ainda precisam ser desvendados. Uma das lacunas reside na tradição de luta das organizações negras no pós-abolição. Excetuando as maiores – como a Frente Negra Brasileira (1931-37), Teatro Experimental do Negro (1944-68) ou Movimento Negro Unificado (1978-) – não se aborda ou raramente se aborda a experiência das outras organizações, quanto à sua linha política, estrutura, seu poder de mobilização, dinamismo de funcionamento, grau de organização e articulação com os demais setores da sociedade e do Estado brasileiro.

A fim de romper com esse relativo silêncio historiográfico que paira na luta coletiva do negro neste país, em particular nas primeiras décadas do período republicano, é que aceitamos o desafio de escrever esse artigo. A proposta é oferecer subsídios para se fazer um resgate histórico da entidade *Clube Negro de Cultura Social* (1932-1938) e, centralmente, analisar, seus veículos informativos oficiais: a revista *Cultura*, na primeira fase, e o jornal *O Clarim*, na segunda fase.

1. O ocultamento historiográfico

O Clube Negro de Cultura Social (CNCS) ainda não foi objeto de uma pesquisa rigorosa. Sua vida continua submersa nos porões dos arquivos e da memória histórica. De toda sorte, encontramos algumas pesquisas que, secundariamente, fazem referência à trajetória dessa entidade. A obra *A integração do Negro na Sociedade de Classes*, de Florestan Fernandes, foi a precursora em tirar o CNCS do esquecimento e definir sua importância para a organização da luta anti-racista no início do século XX: “A atuação desse grupo foi sempre muito coerente, mantendo a bandeira do negro, ou seja, as reivindicações relacionadas com o levantamento econômico, social e cultural do negro, com uma mistura equilibrada de idealismo e de realismo, o que imprimiu às suas posições um caráter marcadamente construtivo” (Fernandes 1978:87).

No entanto, esse consagrado autor não tece maiores considerações sobre a “saga” da referida entidade, que, em última instância, permanece no semi-anonimato. Depois de décadas, uma outra pesquisa intitulada *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*, de Regina Pahim Pinto, aborda, apenas num único parágrafo, algumas das iniciativas desportivas dessa entidade: “O Clube Negro de Cultura Social foi a associação que incentivou o esporte, não só promovendo competições e mantendo quadro esportivos, mas também procurando criar uma estrutura para o desenvolvimento, como a construção de uma praça de esportes (Pinto 1993:82).”

Por sua vez, a dissertação *Visibilidade e respeitabilidade: memória e luta dos negros nas associações culturais e recreativas de São Paulo (1930-1968)*, de Maria Aparecida Pinto Silva, se credencia como a principal pesquisa a perscrutar, ainda que de maneira efêmera, a trajetória do CNCS. Através da memória de seus ativistas, Silva faz uma reconstituição histórica da entidade. A sua principal hipótese é demonstrar que as atividades culturais e recreativas promovidas pela referida entidade foram colocadas a serviço do projeto político do movimento negro: “O Clube Negro de Cultura Social, embora tendo todo esse caráter combativo e francamente politizado, caracterizou-se por uma intensa programação social, cultural e recreativa. Essas práticas não ficavam descoladas da prática política. Assim, os praticantes de esportes e os frequentadores das sessões literárias estavam também vinculados às reivindicações do movimento negro (Silva 1997: 112).”

O nosso artigo se inscreve justamente nesse quadro mais amplo de reconstrução histórica do movimento negro e de suas organizações. A despeito da

escassez de trabalhos nessa área temática – haja vista o relativo ocultamento que ainda permeia sobre o CNCS – entendemos ser de fundamental importância recuperarmos a luta de milhares de negros e negras em prol da tão sonhada cidadania prometida pelo regime republicano, quase meio século após o fim da escravidão.

2. O movimento negro organizado no pós-abolição em São Paulo e o nascimento do Clube Negro de Cultura Social (CNCS)

Após a abolição, a luta organizada do negro entrou em nova fase. Surgiram dezenas, centenas de grêmios ou associações negras em diversos Estados, de cunho mais assistencial, recreativo e/ou cultural, tendo como principal atividade social a realização de bailes. Em São Paulo, nesta época, a maior foi o *Grupo Dramático e Recreativo Kosmos*, fundado em 1908. Essas associações conseguiam aglutinar um número expressivo de negros em seus eventos. Simultaneamente, apareceu o que se denominou posteriormente *imprensa negra*: jornais publicados por negros e voltados para comunidade negra (Bastide 1951). Em São Paulo, o primeiro periódico a ser publicado foi *A Pátria*, tendo como subtítulo *Orgão dos Homens de Cor*, em 1899 (Machado 1994: 140), entretanto, o principal, desta época, foi, sem dúvida, *o Clarim da Alvorada*, lançado em 1924, sob a direção de José Correia Leite e Jayme Aguiar. Até 1930, contabilizamos a existência de, pelo menos, 31 jornais circulando em São Paulo (Domingues 2004). A imprensa negra conseguia reunir um grupo representativo de pessoas para empreender a batalha anti-racista. Surgiram jornais dessa mesma natureza em outros estados, como Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro (Ferrara 1986). Nessa primeira etapa, o movimento negro organizado era desprovido de caráter político mais deliberado, com um programa ou projeto ideológico que acenasse na construção de um novo modelo de sociedade.

Na década de 1930, a luta organizada do negro deu um salto qualitativo, com a fundação no ano de 1931, em São Paulo, da *Frente Negra Brasileira* (FNB), que, por sinal, é considerada a sucessora do *Centro Cívico Palmares*, de 1926 (Moreira, s/d). Estas foram as primeiras organizações negras com reivindicações políticas mais gerais. Na primeira metade do século XX, a FNB, em especial, foi a mais importante entidade negra do país. Com delegações (filiais) em alguns Estados (Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo) e em várias cidades do interior paulista, chegou a reunir no seu auge aproximadamente 30 mil militantes (Pinto 1994). A FNB mobilizava centenas,

milhares de negros, conseguindo converter, por determinado espaço de tempo, o movimento negro em movimento de massa. Sua força política chegou a ponto de ser atendida em audiência pelo Presidente da República da época, Getúlio Vargas. Esta entidade desenvolveu um elevado nível de organização, mantendo escola, grupo musical, time de futebol, grupo teatral, departamento jurídico, oferecendo serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios, além de ter publicado o jornal *A Voz da Raça*.

Em 1936, a FNB transformou-se em partido político e participou, mas não teve oportunidade de passar pelo teste das urnas. Influenciada pela conjuntura internacional de ascensão da extrema direita, esta entidade notabilizou-se por defender um programa político ultranacionalista e conservador (Andrews 1998). O subtítulo do jornal *A Voz da Raça* era revelador: “Deus, Pátria, Raça e Família”. Esta consigna diferenciava-se da palavra de ordem dos integralistas¹ apenas no acréscimo do termo “Raça”. A FNB mantinha, inclusive, uma milícia, semelhante aos boinas verdes do fascismo de Benedito Mussolini, na Itália.

A tendência fascista desta entidade negra aflorou, a princípio, na escolha de seu presidente, Arlindo Veiga dos Santos, figura carismática que, na época, destacava-se como principal liderança do movimento patrianovista². Através de seu poder de persuasão, foi aprovado um estatuto de conotação nitidamente fascista. Essa tendência ficou ainda mais evidenciada devido à participação de Arlindo Veiga dos Santos no Primeiro Congresso da Ação Integralista, ocasião na qual teria proferido um discurso prometendo o apoio da FNB e de seus 200.000 negros aos integralistas (Leite & Moreira s/d:13). Esta linha doutrinária foi rechaçada pelo grupo de “frentenegrinos” que se aglutinava em torno do jornal *O Clarim D’Alvorada*. Como os ativistas deste grupo não admitiam se tornar massa de manobra dos ideais protofascistas de Arlindo Veiga dos Santos, protagonizaram o primeiro rompimento coletivo da FNB. Especulase que os dissidentes tinham idéias socialistas³. Pelo menos esse foi o caso de

¹ Integrantes de um movimento ultranacionalista de extrema direita, outrossim, conhecido como versão brasileira do fascismo italiano, que surgiu na década de 1930.

² Arlindo Veiga dos Santos foi o responsável pela criação do movimento patrianovista, fundando, em 1928, o Centro Monarquista de Cultura Social e Política e, em 1932, a Ação Imperial Patrianovista Brasileira. Este movimento, na ótica de Roy (1978), defendia o nacionalismo, o tradicionalismo, o catolicismo e a reinstauração da monarquia e implantação do III Império.

³ Entrevista de Francisco Lucrécio a Regina Pahim Pinto, em 23.06.1989, p.1.

José Correia Leite. Em 23 de dezembro de 1931, ele enviou uma carta aos membros do Conselho daquela entidade solicitando seu desligamento do colegiado. Nesse documento, Correia Leite apontava como causa do pedido de afastamento sua “incompatibilidade com o personalismo, clericalismo”, monarquismo e posições políticas “ultranacionalistas” do presidente da FNB. Além disso, esse dissidente fazia questão de declarar que condenava a monarquia, a religião cristã e a “república aristocrática”, tendo como sonho a construção do “socialismo democrático”. Apesar de sua defecção do cargo de direção, Leite escrevia que ainda se dispunha a continuar nas “fileiras” da organização como “soldado”⁴.

A FNB, então, passou a tratar o grupo que se aglutinava em torno do jornal *O Clarim D'Alvorada* como inimigos. Acusavam-lhes de traidores, “envenenadores da raça”, inoperantes, de nunca terem feito nada pelos negros e “só saberm falar e criticar”. Um dos dirigentes da FNB vociferava: “Os nossos seguidores não precisam de intelectuais; precisamos de mais ação e menos palavras” (Leite & Moreira s/d: 14). Com efeito, um episódio agravou o clima de tensão que se instaurou no movimento negro. Isaltino Veiga dos Santos, secretário geral da FNB e irmão de Arlindo Veiga dos Santos, incorreu em uma postura considerada imoral na viagem de inauguração, em São Sebastião do Paraíso (MG), de mais uma delegação da FNB. Como nenhuma medida punitiva foi tomada pela entidade, o grupo de *O Clarim D'Alvorada* resolveu fundar um novo jornal, o *Chibata*, somente para denunciar o caso. Quando estava no terceiro número, a redação do *Chibata* – que funcionava na casa de José Correia Leite – foi violentamente empastelada por uma milícia a mando do Presidente da FNB, Arlindo Veiga dos Santos. Revoltado, o grupo de *O Clarim D'Alvorada* resolveu republicar o jornal com o nome original:

O Clarim D'Alvorada, reaparece hoje, em edição extra, para atirar a sua cusparada de desprezo, no rosto dos negros repugnantes, que na noite de 19 deste, evadiram a nossa redação, com o fito de depredar os nossos materiais.

⁴ Carta de Snr. José Correia Leite aos membros do Conselho da Frente Negra Brasileira. São Paulo, 23 de dezembro de 1931. Prontuário 1538 (Frente Negra Brasileira). Arquivo DEOPS. Em todas as citações de documentos foi respeitado o português da época, preservando-se, desta maneira, o original.

Esses lacaios dos irmãos Veiga dos Santos, tipos nojentos da vasa baixa, agrediram estupidamente duas mulheres, e assustaram os indefesos filhinhos do nosso companheiro, José Correia Leite, em atitudes selvagens dignas do bando de “Lampeão” (*O Clarim da Alvorada*. São Paulo, 27.03.1932, p.1).⁵

Abriu-se uma fase de trocas de acusações no meio negro. Como rememora o antigo ativista, José Correia Leite: “Formou-se no espírito dos membros da *Frente Negra*, graças ao trabalho de Isaltino Veiga dos Santos, a idéia de que a divergência entre o grupo do *Clarim* e eles não passava de uma mera questão de despeito e inveja, porque aquele grupo queria ser dono da Frente. Isto, dizia o Isaltino, porque não foram capazes de organizar uma sociedade como era a Frente. Foi este o motivo pelo qual se resolveu fundar o *Clube Negro de Cultura Social*. Era a resposta a acusação que nos faziam”. (Leite & Moreira, s/d:15).

Portanto, o Clube Negro de Cultura Social nasceu no cenário do movimento negro paulista para fazer oposição à Frente Negra Brasileira (Andrews, 1998:239) e seu núcleo fundador era proveniente do jornal “*O Clarim da Alvorada*” (Ferrara, 1986:76). As duas entidades, contudo, resolveram estabelecer uma espécie de “acordo moral” de não agressão mútua⁶.

3. Clube Negro de Cultura Social: um baluarte dos negros em São Paulo.

O *Clube Negro de Cultura Social* (CNCS) foi fundado em 1º de julho de 1932, idealizado por José de Assis Barbosa. Sua sede ficava na rua Quedino, nº 23, no centro de São Paulo. Coloquialmente, era conhecido como “Cultura Social”. Do grupo inicial, destacavam-se os ativistas José Correia Leite, Osvaldo Santiago, Raul Joviano do Amaral, Benedito Vaz Costa, Átila J. Gonçalves, Luís Gonzaga Braga, Benedito C. Toledo, Sebastião Gentil de Castro, Manoel Antônio dos Santos, Antunes Cunha, entre outros. A entidade tinha como questão de prin-

⁵ O empastelamento do jornal *Chibata* ainda foi noticiado na *Folha da Manhã*. São Paulo, 22.03.1932, p.14; *Folha da Noite*. São Paulo, 22.03.1932, p.3. Em todas as citações de documentos foram respeitadas o português da época, preservando-se, deste maneira, o original.

⁶ Entrevista de Aristides Barbosa a Regina Pahim Pinto, em 18.11.1989, p.12. Em razão do CNCS atrair essencialmente o público juvenil, muitos de seus filiados eram parentes (filho ou sobrinho, mormente) dos fretenegrinos.

cípio a independência política dos negros na luta anti-racista, tal como foi sintetizado nas palavras de um de seus dirigentes e uma das principais lideranças do movimento negro da época, José Correia Leite (1992:118):

A gente lutava para conscientizar o negro que ele era quem tinha que advogar sua causa, não esperar que alguém viesse advogar sua causa, não esperar que alguém viesse advogar por ele. Já sabíamos que ninguém vinha tratar do desamparo, do erro da abolição. E não deixávamos de reivindicar os direitos que o negro tinha em denunciar os prejuízos sofridos. A gente tinha de lutar... e foi o que a gente levou para o Clube Negro de Cultura Social.

Oito dias depois de formação oficial do CNCS, em 9 de julho de 1932, deflagrou-se, em São Paulo, a denominada Revolução Constitucionalista. Um grupo de militantes daquela associação participou desse conflito armado, ingressando na *Legião Negra*, um batalhão constituído apenas por negros, localizado na Chácara do Carvalho, na Barra Funda, e sob o comando civil de Guaraná de Santana. Neste intervalo de tempo, o Clube Negro de Cultura Social ficou esvaziado. Com o fim da guerra civil, em outubro de 1932, suas atividades foram retomadas.

O Clube Negro de Cultura Social era uma entidade democrática. Ele realizava eleições periódicas, adotava o regime presidencial e estava estruturado administrativamente, pelo menos, nos seguintes departamentos: educação física (também denominado departamento de esporte), intelectual e cultura.

Realizou-se no dia 16 do corrente a assembléia geral para a eleição geral para a eleição da nova diretoria do Clube Negro de Cultura Social. A eleição decorreu num ambiente de grande entusiasmo, visto estar empenhadas na disputa a corrente da Ala-moça e Chapa Oficial.

Venceu a chapa oficial, sendo os seguintes os candidatos eleitos:

Para Presidente: José Correia Leite

Para Vice Presidente - José Teixeira

Para 1º Secretário - Átila José Gonçalves

Para 1º Tesoureiro - Luiz Gonzaga Braga

Para Bibliotecário - Ascanio de Barros. (*Cultura*. São Paulo, janeiro de 1934)⁷.

⁷ A eleição da nova diretoria do CNCS, igualmente, foi notícia em outro jornal: "De acordo com as eleições realizadas em 17 do corrente, ficou assim composta a diretoria que re-

O Clube Negro de Cultura Social conseguiu mobilizar em seus quadros um número significativo de jovens, que não se sentiam contemplados em outras associações negras: “nada tem evoluído mais que o CNCS no seio da mocidade negra” (*Cultura*. São Paulo, março de 1934). O compromisso dos jovens, de um lado, com a entidade e, de outro, com a militância negra deveria ter um sentido religioso, conforme era apregoado pelo seu órgão de imprensa: “o *Cultura* deve ser para a mocidade negra Piratiningana, o mesmo que o alcorão é para os muçulmanos!” (*Cultura*. São Paulo, março de 1934).

A maioria dos associados do CNCS vivia em condições de penúria. O depoimento de José Correia Leite (1992:126) é emblemático: “A nossa vida era muito difícil. Arrumar dinheiro para comer não era fácil. A gente tinha de, às vezes, passar fome ou ir pra casa tomar café com pão porque não tinha dinheiro para almoçar”. Apesar das privações materiais, esses associados reivindicavam ser da “elite negra” e se vestiam nos padrões de elegância da época: os homens usavam camisa, colete, peças de casimira, paletó, terno e gravata; as mulheres usavam vestidos e polainas. A proposta, portanto, era erigir um clube de ambiente seletivo.

O CNCS desenvolvia muitas ações de caráter recreativo, voltadas, precipuamente, para a prática desportista, diferenciando-se, assim, da natureza mais politizada da Frente Negra Brasileira (FNB), conforme podemos apurar no depoimento de um antigo ativista:

O primeiro clube que comecei a ir se chamava (...) Clube Negro de Cultura Social. tinha o Clube Negro e tinha a Frente Negra Brasileira, mas nosso clube naquele tempo era mais uma coisa de cultura, tinha os grandes vultos negros. A gente fazia sessões literárias de Cruz e Souza, fazia assim uma espécie de teatro. O pessoal cantava, representava, mas tudo dentro da sede, que é hoje na Rua da Consolação com

gerá os destinos do Club este ano: Presidência, José Correia Leite e José Teixeira; Secretaria, Atila J. Gonçalves e Patrício Valente Soares; Tesouraria, Luiz G. Braga e Alcides Paulino de Moura; Bibliotecário, Ascanio de Barros; Comissão de Sindicância, Sebastião Gentil de Castro, Rubens dos Santos, Sebastião Laurindo, Alberto Cabral e Durvalino Camargo; Conselho Deliberativo, Benedito de Souza, Amador de Barros, Alípio Antonio da Silva, Galdino G. de Souza e Onofre dos Santos. (*A Voz da Raça*. São Paulo, 20 de Janeiro de 1934, p. 3).

Martins Fontes. Ali era a sede do Clube Negro”. (Entrevista de Pedrina in: Silva 1997: 109).

Entretanto, suspeitamos que a prática desportiva ou cultural desta entidade não passava de uma tática de conscientização e mobilização racial no bojo do projeto político do movimento social dos negros na época, cujos resultados foram satisfatórios. Uma evidência do relativo sucesso desse projeto (permeado, reiteiramos, pelo uso dos meios desportivos/culturais com fins políticos) foi que, na década de 1930, o CNCS configurou-se como a entidade que mais rivalizou com a Frente Negra Brasileira na arregimentação de negros em São Paulo.

Todos os anos essa associação comemorava o 13 de Maio com “passeatas cívicas, sessões solenes, bailes pomposos, partidas célebres” (*O Clarim*. São Paulo, maio de 1935, p.4). Além disso, organizava uma corrida de rua conhecida como “pedestrianismo”. O percurso tinha como ponto de partida e chegada o Largo do Arouche, ao pé da herma do Luiz Gama. Participavam da prova apenas atletas negros e mestiços. No ano de 1935, destacaram-se os atletas Mascarenhas, Eugênio, Manoel Nogueira e Elias Amâncio. (*O Clarim*. São Paulo, maio de 1935, p. 8). O Clube Negro de Cultura Social era afiliado da *Liga Suburbana de Pedestrianismo*. Em sua sede, havia jogos de pingue-pongue, de xadrez e de dama. Na quadra social da rua Álvaro de Carvalho, realizavam-se jogos de futebol, “volebol” e “bola ao cesto”, nos quais tomavam parte as turmas masculinas, femininas e infantis (*O Clarim*. São Paulo, março de 1935, p.3). Decerto, a prática desportiva era uma das prioridades desta entidade:

Eu comecei a tomar conhecimento do Clube Negro de Cultura Social em 1939, eu estava disputando o Campeonato Aberto do Interior, em Campinas, e eles fizeram um piquenique. A minha delegação estava hospedado no Bosque, e o Clube fez o piquenique lá. Foi onde tive contato com eles, porque eles estavam contratando. Eu jogava basquete. O falecido Barbosa, ele ficou empolgado de ver uma pessoa de cor, que era muito difícil, jogando bola ao cesto (...). Naquele tempo, o Clube tinha seção esportiva, bola ao cesto, tênis de mesa, atletismo (...). Quando cheguei a São Paulo, fui procurar o clube”. (Entrevista de Arnaldo in: Silva 1997: 110).

Os confrontos desportivos com os associados da Frente Negra Brasileira, sua co-irmã do movimento negro, aconteciam em clima de

grande rivalidade⁸. O CNCS também organizava excursões (pic-nics)⁹ para o litoral e o interior, sessões literárias e musicais, assim como promovia o concurso “Rainha da Simpatia” (*O Clarim*. São Paulo, maio de 1935, p.8). Nas sessões literárias, um dos poetas negros mais recitado era Cruz e Souza. Segundo Silva (1997:109), “a poesia negra lida no Clube despertava nos negros a consciência de si e de seus iguais, permitindo que (...) a identidade negra emergisse”. O CNCS ainda mantinha uma respeitável biblioteca.

Em função das divergências internas, o Clube Negro de Cultura Social sofreu uma série de dissidências. No geral, os dissidentes defendiam que a entidade devia ser estritamente de lazer e realizar uma única atividade, os bailes. O setor majoritário da entidade, em contra partida, denunciava esta tendência “festiva” para a luta anti-racista:

É simplesmente lamentável que moços evoluídos aproveitem a sua evolução cogitando a realização de vespereais dansante sem outra finalidade do que o baile, o simples baile, e, que para isso disperdisem forças e energias que seriam melhor aproveitadas no ambiente onde estão actuando, que é o Clube Negro de Cultura a quem a maioria pertence. (*Cultura*. São Paulo, Janeiro de 1934)

67

Entretanto, esta admoestação foi debalde. O primeiro grupo que saiu fundou exatamente um clube de bailes denominado *Keyy*; o segundo – conhecido como *Os Evoluídos* – criou, da mesma maneira, uma associação promotora de festas e bailes; o terceiro, por sua vez, fundou uma associação recreativa denominada *Clube dos Vinte* (Leite 1992: 113, 128). Depois de anos, o CNCS mudou de endereço, estabelecendo-se em uma sede maior, na Rua Conselheiro Ramalho. Em 1934, essa entidade iniciou a publicação da revista *Cultura*, que tinha como subtítulo *Revista da Mocidade Negra*.

⁸ Contudo, não podemos distorcer o caráter da rivalidade que havia entre o CNCS e a FNB. Pelo menos no plano político, selou-se uma aliança tática entre essas duas entidades negras. Segundo Aristide Barbosa (depoimento in Barbosa, 1998:22), o CNCS não lançou candidatura própria às “eleições de 1937[1934]” para poder apoiar o candidato da Frente Negra.

⁹ O piquenique era um dos programas de lazer mais concorridos. Como assinala Silva (1997:113), “todos participavam e compartilhavam esse momento significativo. Iam juntos de trem ou de ônibus, ao interior ou à praia, comiam juntos. O piquenique significava um contraponto, uma alternativa para o convívio social, já que lá fora havia a interdição, principalmente em restaurantes para o negro.”

4. A Primeira Fase do Clube Negro de Cultura Social (1932-1934): a revista *Cultura*

Editada pelo Clube, apareceu hoje a revista “Cultura”, quinzenário Social-Esportivo. Essa revista encontra-se à venda nesta redação ao preço de 400 réis. (*A Voz da Raça*. São Paulo, 20 de Janeiro de 1934, p.3).

Sob o título “Club Negro de Cultura Social”, a sucinta matéria do jornal *A Voz da Raça* anunciava que a referida entidade negra estava promovendo o lançamento da revista *Cultura*. As condições de publicação desta revista eram precárias. Sem nenhuma forma de patrocínio, a escassez de recursos para mantê-la era permanente. Para viabilizar a publicação, os ativistas – que eram jornalistas amadores – compravam o refugo de papel de bobina do jornal *Diário da Noite* e, depois, cortavam em forma de papel de resma. Por último, imprimiam o novo periódico na tipografia de uma outra revista, situada na Ladeira São Francisco, no centro da cidade (Leite 1992: 111).

No primeiro número, os editores se orgulhavam do pioneirismo: “Cultura é a primeira e única revista negra em São Paulo” (*Cultura*. São Paulo, jan./1934). Desconfiamos que seu pioneirismo não se restringiu a São Paulo, mas a aludida publicação foi, provavelmente, a primeira revista produzida por negros e voltada especialmente para a comunidade negra do país¹⁰. No editorial de fundação, a revista declarava: “a nossa finalidade é servir à coletividade a que pertencemos.” (*Cultura*. São Paulo, janeiro de 1934). Isto é, a revista foi um precioso instrumento de defesa dos interesses da população negra deste país. A publicação era mensal; depois se tornou bimestral. Além do editorial e artigos avulsos, a revista dividia-se nas seguintes seções: página de honra, vida social, música, esportes, página literária e movimento associativo.

A revista *Cultura*, como assinalamos, dividia-se em várias seções ou colunas. Em linhas gerais, “página de honra ou negros ilustres” era um espaço de homenagens às eminentes lideranças e símbolos históricos da “negritude”, sendo que a principal era o escritor Cruz e Souza, seguido pelos abolicionistas

¹⁰ Encontramos, entretanto, o lançamento, um ano antes, de uma revista denominada *Evolução*, que trazia em seu subtítulo *Revista dos Homens Pretos de São Paulo*, lançada em único número para as comemorações do 13 de Maio, data da abolição da escravidão no Brasil. (*Evolução*. São Paulo, 13 de maio de 1933).

Luiz Gama e José do Patrocínio. Ainda havia o enaltecimento do médico psiquiatra Juliano Moreira, do historiador e político Teodoro Sampaio, do dirigente haitiano Touissant L'Ouverture e do jurista Evaristo de Moraes, entre outros; em “vida social”, noticiava-se todas as atividades sociais vinculadas à comunidade negra: formaturas, aniversários, batismos, festas, casamentos e falecimentos; em “música”, informava-se sobre a situação dos músicos (Sebastião Mariano, Alfredo Pires, Antonio Silva), cantores (Henrique Felipe Costa; o “Henricão”, Antenor Silva) e grupos musicais *blacks* (Jazz “Batutas Rio Clarenenses”); em “esportes”, apresentava-se o panorama do “mundo” esportivo, em que havia participação de atleta negro, dispensando atenção especial para o futebol e o atletismo; em “página literária”, reservava-se um espaço para a publicação de poemas escritos pelos membros da própria comunidade (Cruz e Souza, Belmiro Braga, Figueiredo Silva, Paulo Gonçalves, Fernando Lopes, José Correia Leite, entre outros); em “movimento associativo”, divulgava-se o trabalho social e os eventos realizados pelas outras entidades negras (São Geraldo, 3 de Maio, Palmares, Flor da Mocidade, Campos Elyseos); clamava-se pela união da “raça” e fazia-se consecutivas convocações para as atividades do movimento negro. A revista ainda era ocupada por anúncios publicitários de oficina mecânica, salão de beleza, de festa, farmácia, empório, medicamentos, serviços de pintura, tinturaria, chapelaria. Estes anúncios eram voltados especificamente para o/a consumidor/a negro/a.

A linha editorial da revista *Cultura* era moderada e mitificadora. Esta, por exemplo, era a tônica da descrição quixotesca da “Rainha Izabel”, considerada defensora dos “anseios do povo” e da “causa dos cativos”. Daí o atributo de “redentora” imputado a ela, de quem a “raça negra” deveria preservar “devotado respeito” (*Cultura*. São Paulo, abril/maio de 1934).

Contudo, não podemos ler essa imprensa de maneira linear. Pelo contrário, o discurso do movimento negro daquela época era permeado por certa contradição nas suas posições políticas. Na mesma edição, a revista estampava em primeira página um editorial trazendo como título: “13 de Maio: Negros, uni-vos”, tecendo sérias críticas à farsa da abolição:

“13 de Maio! Data que poderia ser o marco das reivindicações de uma raça espoliada e espezinhada, é, apenas, uma ironia para nós os negros, e uma piedosa legenda para os brancos.

Negros fascistas, monarquistas, socialistas, perrepipistas ou perrapados - UNI-IVOS, num trabalho perfeito pela nossa emancipação integral.

Pela elevação moral, material e cultural da raça e nada mais”. (*Cultura*. São Paulo, abril/maio de 1934)

Este editorial acima ainda revela qual era a concepção de luta predominante do movimento negro da época: a “questão racial” estava acima das diferenças políticas e ideológicas que cindia os diversos setores e estratos sociais da população negra. A luta anti-racista devia ser suprapartidária: “Todos nós tínhamos nossas idéias políticas, mas quando nós estávamos reunidos em função das nossas idéias de negritude nós não misturávamos” (Depoimento de José Correia Leite in: Barbosa 1998: 73) com política. A tarefa de todos os negros seria, antes de mais nada, costurar uma unidade de ação na luta pela sua emancipação, independentemente de suas convicções partidárias. Nesse sentido, as contradições de classe, gênero, etc, deviam ser colocadas em segundo plano; afinal, o interesse do negro era supostamente comum: “elevação moral, material e cultural da raça e nada mais”. Daí a política a favor da aliança de forças políticas e ideológicas antagônicas (“fascistas, monarquistas, socialistas”).

70

Para o Clube Negro de Cultura Social, um dos instrumentos privilegiados de conscientização dos negros, reiteramos, era o esporte:

(...) no esporte, nós possamos encontrar o que não temos conseguido com palavras bonitas e doutrinárias. Mas o esporte só não basta para nós, dirão os céticos. É preciso a educação moral e intelectual. Mas diremos nós: o esporte, e mormente o atletismo, é um educador perfeito da moral e do intelecto. E é por isso, que apontamos mais uma vez o Clube Negro de Cultura Social. (*Cultura*. São Paulo, março de 1934).

O esporte, nesta perspectiva, abria os horizontes, desenvolvia a disciplina, o espírito competitivo, a educação moral, enfim, valores que precisavam ser incorporados – na nova ordem estabelecida – pela comunidade negra no geral e pelos jovens desta comunidade em particular. Por isso, havia uma política deliberada de incentivo à prática desportiva, que, entre outros benefícios, possibilitava a inserção social do negro e sua visibilidade na cidade, minimizando, dessa forma, os efeitos draconianos da marginalização racial. Depois de cinco volumes, a primeira revista da “imprensa negra” saiu de circulação em São Paulo.

5. A Segunda Fase do Clube Negro de Cultura Social (1935-1938): o jornal *Clarim*

Em 1934, Fernando Goes – um mulato extremamente intelectualizado¹¹ – se aproximou do Clube Negro de Cultura Social. Rapidamente, este intelectual despontou no meio negro sob a alcunha de Gandhi. Com a colaboração de outros ativistas (José de Assis Barbosa, Eunice de Paula, Henrique Cunha e Oscar de Paula Assis), criou o órgão jornalístico daquela entidade, batizado de *O Clarim*, marcando a transição para uma nova fase da luta (Leite 1992: 121).

O jornal era mensal. Seu subtítulo era sugestivo: “Publicação mensal da mocidade negra”. Uma sessão específica comunicava quais eram os aniversariantes do mês e uma outra servia como tribuna literária. Ele também reservava espaço para divulgar as atividades das outras entidades negras, como “Elite”, “Centro Cívico Campineiro” e “Grêmio Recreativo Brinco da Princesa”. Inclusive, alguns noticiários descreviam as ações das associações beneficentes, como foi o caso da “Aliança de Cooperativismo dos Homens de Cor”, cujo programa previa:

“Assistência médica, farmaceutica, dentária e judiciária, funerais, escolas, profissões, comércio, colocações e amparo aos necessitados, cegos e inválidos. Trabalhos agrícolas, enfim, um programa vasto e de maior interesse para o bem estar, alevantamento e defesa da Raça Negra”. (*O Clarim*. São Paulo, maio de 1935, p.7).

71

As páginas do jornal, esporadicamente, refletiam os acontecimentos políticos da conjuntura mais geral, tanto nacional como internacional. Em março de 1935, um artigo de primeira página condenava a invasão da Abissínia (país do norte da África) pelas tropas fascistas de Mussolini. (*O Clarim*. São Paulo, março de 1935, p. 1)

¹¹ Encontramos, inclusive, um artigo em que Fernando Goes - escrevendo sob o pseudônimo de Ghandi de Araújo - demonstra ter afinidade com o que existia de mais avançado em matéria de conhecimento antropológico, o princípio da diversidade cultural, que negava o dogma da hierarquia biológica entre as raças: “Um cérebro sensato, desprovido de preconceitos raciais absurdos é lido em Franz Boas, que afirma não existir inferioridade de inteligências entre as raças, mas tão somente diversidade de culturas (*O Clarim*. São Paulo, maio de 1935, p.6).

Nesta segunda fase, o órgão de imprensa da entidade, o jornal *O Clarim*, continuou tendo uma linha editorial conciliatória, propondo que os negros abolissem os “ódios e ressentimentos” (*O Clarim*. São Paulo, março de 1935, p.4). Entretanto, as denúncias de casos de discriminação racial eram frequentes, demonstrando que as relações sociais entre negros e brancos em São Paulo eram conflituosas.

Uma das saídas propalada para enfrentar o racismo era o engajamento dos negros em suas organizações:

“Não é só com a espada que se torna herói, mas também, com palavras e ações. Será que os negros não sentem os prejuízos originados pelos preconceitos? Somente nas organizações modelares é que se pode lutar pela nossa Emancipação”. (*O Clarim*. São Paulo, março de 1935, p.1)

Entretanto, não era qualquer tipo de emancipação que se vislumbrava: “lentamente e penosamente, vamos construindo as bases para a nossa emancipação integral” (*O Clarim*. São Paulo, maio de 1935, p.1). Dentre as estratégias apregoadas para superar a marginalização do povo negro, a mais enfatizada era, sem dúvida, a instrução ou educação formal: “Queremos escolas para instrução moral-social dos negros em geral, porque somos um povo de influencia direta na formação etnica do Brasil” (*O Clarim*. São Paulo, maio de 1935, p.5). A elevação cultural, através do aprendizado escolar, era vista como a panacéia: “concorramos para o milagre que a nossa gente deve realizar que é a alfabetização de nossa casta: supremo ideal a que devemos todos aspirar” (*O Clarim*. São Paulo, maio de 1935, p.5). A avaliação era simples. Na medida em que se instrísse, o negro estaria qualificado para conquistar mais espaço na sociedade e, por conseguinte, eliminar todas as barreiras de seu progresso. No limite, essa concepção sustentava que o negro era discriminado não pelo fator racial (linha de cor), mas pelo seu pretenso atraso cultural, isto é, pelo fato de que era desprovido de uma cultura formal. Por isso, ele precisava se libertar, urgentemente, da mentalidade herdada do cativo, marcada pelo suposta atrofia cultural e deformação moral. O artigo “A escravidão espiritual” é um registro sintomático dessa avaliação:

“O 13 de Maio de 1888 pôs abaixo a “Bastilha” da escravidão física. Mas, resta ainda uma batalha a se travar, a maior de todas que a raça negra tem travado, pois é a mais importante. É a batalha pela abolição da escravidão espiritual do negro.

Sim meus amigos de São Paulo, de minha terra, o negro no Brasil é livre, mas não tem instrução. Esta é que é a triste verdade.

E nós, que temos tido alguma instrução a custa de nosso próprio esforço, que temos a noção da realidade, que temos a compreensão das necessidades da raça, devemos despertar os nossos irmãos na cor para mais essa luta, a luta pela cultivo do espírito.

Negros de São Paulo, negros de toda vasta nação brasileira, levanta e a vossa maior campanha de todos os tempos, a campanha pela abolição da Escravatura Espiritual”. (*O Clarim*. São Paulo, maio de 1935, p.2).

Chegou-se a ponto do discurso em prol da elevação moral do negro ser traduzido pela palavra de ordem “segunda libertação” ou abolição: “Proclamemos a nossa segunda libertação, não da nossa escravidão física, mas sim moral” (*O Clarim*. São Paulo, maio de 1935, p.5). A sensibilização da mulher, outrossim, fazia parte do projeto maior de mobilização da população negra na luta organizada de combate ao “problema” do racismo. A convocação era incisiva:

“Moças, minhas patricias, é de nós mulheres que talvez dependa uma parte da resolução desse problema. Imitemos as mulheres de outrora, sejamos corajosas, trabalhamos em prol da nossa geração, dentro das organizações de finalidades sãs e seguras.

Sejamos como uma heroína do passado, uma Luiza Mahin e outras mulheres que se evidenciaram na história. Esforcemo-nos para o progresso do C.N.C.S. de modo a formar um forte contra o qual os seres de outras raças não terão armas para destruí-lo. Se não pensarmos assim o que será de nossos sucessores?”. (*O Clarim*. São Paulo, março de 1935, p.1).

Este artigo foi escrito por Eunice de Paula, uma das redatoras do jornal *O Clarim*, sinalizando que as mulheres participavam ativamente do processo de conscientização racial e política da população negra. Eunice de Paula era responsável pela coluna feminina do jornal, a qual fazia sucesso entre os leitores. Aliás, o discurso contrário ao machismo e a favor da emancipação feminina imprimia a tônica de alguns artigos como “A mulher moderna e a sua educação”:

“Malgrado todos os ensinamentos da vida prática, muitos pais existem ainda que não compreendem as vantagens de uma educação moderna e, só por si, capaz de libertar suas filhas de uma situação de manifesta inferioridade moral e material.

A vida ativa dos nossos dias, mobilizando todos os seres capazes, não pode deixar de utilizar como elemento de primeiro plano, a mulher válida, principalmente aquela que, pela instrução, se tornou capaz para certos serviços de homem”. (*O Clarim*. São Paulo, maio de 1935, p.5).

Este setor do movimento negro não ficou isento da “ideologia do branqueamento”¹². Em todos os números do jornal *O Clarim*, encontramos uma ou mais inserções publicitárias do gênero:

“O ‘Atelier Henricão’, Largo do Arouche, 15-A, deve ser o seu preferido. Henricão alisa o cabelo mais rebelde por um sistema americano especial. Alisa para homens a 5\$000, para senhoras a 10\$000” (*O Clarim*. São Paulo, maio de 1935, p.8).

Trata-se de uma propaganda do “Atelier Henricão”, o qual utilizava um especial sistema americano de alisamento do cabelo. Como podemos inferir, o alisamento não era voltado exclusivamente para as mulheres da comunidade negra, mas também servia para os homens dessa comunidade. Alisar o cabelo era prática, provavelmente, não rara para sua fração mais elitizada. Mas, malgrado a influência alienadora da “ideologia do branqueamento”, a população negra, no geral, desenvolveu uma respeitável consciência racial. Um desses indicadores era a rede de salões étnicos. A propaganda em si é reveladora: “Salão Brasil. Rua Amaral Gurgel, 5. Amplo e confortável salão. Especialista em cabelos de pessoas de cor” (*O Clarim*. São Paulo, março de 1935, p. 3)

Esses salões, normalmente, ficavam localizados em locais estratégicos na região central da cidade, funcionando como ponto de encontro dos membros da comunidade negra. É necessário ressaltar que a busca por afirmação racial era um dos principais motes do jornal *O Clarim*. Em artigo denominado “Sou Negro”, o ativista Raul Joviano Amaral conclama todos os negros a:

“(...) conquistar para a Raça o conforto que ela merece, e aos seus elementos os direitos que lhe são devidos como cidadãos.

¹² A “ideologia do branqueamento” é uma alusão ao desejo de um setor da comunidade negra daquele período eliminar seus traços fisionômicos, a fim de se aproximar, no plano das aparências, ao modelo fisionômico considerado superior, o branco (cabelo liso, nariz afilado, lábio fino, cutis clara, por exemplo).

Sou Negro! Sou Negro cômico dos meus deveres!
Sou Negro livre pelo Negro!
Sou Negro! Sou soldado de minha Raça dentro do meu Brasil!”. (*O Clarim*. São Paulo, maio de 1935, p.5)

Este artigo é uma evidência de que a atuação do CNCS foi pautada pelo desejo confesso de despertar no negro o orgulho racial, de modo que tal segmento da população pudesse assumir, na plenitude, a luta a favor dos “direitos que lhe são devidos como cidadãos”. Depois de quatro números, *O Clarim* saiu de circulação, deixando, dessa forma, o CNCS órfão de um veículo de comunicação jornalístico.

6. O cinquentenário da abolição e o fim do Clube Negro de Cultura Social

O Clube Negro de Cultura Social indicou a comissão que organizou as comemorações do Cinquentenário da Abolição, marcada para o 13 de maio de 1938. A princípio, os preparativos foram feitos em parceria com o Departamento de Cultura da Prefeitura, que, naquele instante, estava sob a direção de Mário de Andrade, mas, devido a uma mudança de governo, este foi demitido e o seu substituto não se interessou pelos festejos. Resultado: o CNCS, em conjunto com a União Negra Brasileira, ficaram sozinhos na empreitada de organizar as comemorações do cinquentenário. Para arrecadar recursos destinados ao referido evento, o CNCS promoveu, entre outras iniciativas, um almoço coletivo na sede da entidade, contando com a presença de algumas personalidades ilustres, como as de Mário de Andrade e Arthur Ramos.

O primeiro evento público dos festejos do Cinquentenário da Abolição foi a corrida “pedestrianista”, com saída e chegada no Largo do Arouche. Em seguida, as principais lideranças do movimento negro realizaram um ato político em frente a herma do Luiz Gama e discursaram para aproximadamente 3 mil pessoas, fazendo um balanço do significado da lei Áurea e reivindicando a Segunda Abolição. Depois, aconteceu a romaria ao cemitério da Consolação, em homenagem ao túmulo dos abolicionistas, sobretudo Luiz Gama e Antônio Bento (Leite 1992: 133,136). À noite, realizou-se um ato solene no Teatro Municipal, com a presença massiva de negros e alguns aliados brancos, entre os quais, Jorge Amado, Mário Donato, Edgar Cavalheiro, Rossini Camargo Guarnieri, Oswaldo de Andrade e Arthur Ramos. Os oradores da noite foram Fernando Goes e os poetas negros Lino Guedes e Couto Magalhães. Para fina-

lizar, houve uma sessão de declamação poética. Este foi o último ato público de cunho mais político promovido pela entidade.

A implantação da ditadura “Varguista” do Estado Novo, em 1937, debelou com todas as entidades políticas, inclusive, com as organizações do movimento negro. Segundo a elite política do país, as lutas sociais dos negros eram perigosas, pois criavam um problema que presumivelmente não existia, o racismo, e colocavam em risco seu projeto étnico de Estado Nação. Por isso, após as comemorações do Cinquentenário da Abolição, o Clube Negro de Cultura Social foi arbitrariamente fechado pelos órgãos de repressão do regime ditatorial do governo de Getúlio Vargas. Na verdade, a polícia política ainda permitiu que o Clube continuasse a funcionar, mas fez duas exigências: a supressão do termo negro e o fim das atividades políticas. Após a desmobilização dos últimos militantes, o Clube Negro de Cultura Social foi extinto, em definitivo, meses depois. A última festividade de monta da entidade foi a comemoração de aniversário, naquele mesmo ano, de sua fundação. Primeiramente, realizou-se um sensacional espetáculo teatral, literário e musical. A partir de meia noite aconteceu um concorrido baile, que se estendeu até às 4 horas da manhã, no Salão do Paulistano, na rua da Glória.

76

Considerações finais

O Clube Negro de Cultura Social foi, acima de tudo, um pólo de resistência cultural, que teve, entre outros méritos, a preocupação permanente de reforçar os laços de união étnica de um *grupo específico*, através da aglutinação dos afiliados na sede para se confraternizarem nos bailes, nos jogos, na prática desportiva, nas apresentações cênicas, nas declamações poéticas, nas refeições coletivas, nas palestras, nas festividades de datas comemorativas. Era um local onde efetivamente o negro se sentia “gente”. Quando Elysário Petrus escreveu para a revista *Cultura*, exultando os “negros da paulicéia” a “cerrar fileiras em torno do Clube”, ressaltou o que tal gesto significava: “Lá estaremos em nosso ambiente, livres dos ‘olhos vermelhos’ do preconceito”. (*Cultura*. São Paulo, março de 1934).

O CNCS contribuiu para a elevação do nível de consciência política e racial do negro em São Paulo, canalizando o descontentamento difuso deste segmento da população em disposição de aderir às lutas sociais: “Este 13 de Maio, veio alcançar o homem negro perfeitamente integrado nas lutas políticas sociaes”. (*O Clarim*. São Paulo, Maio de 1935, p.1).

Ao contrário do que Silva (1997:111) sustenta¹³, o CNCS publicou apenas dois periódicos, a revista *Cultura*, em 1934, e o jornal *O Clarim*, em 1935. Roger Bastide (1951) e Miriam Ferrara (1986) inserem tais publicações na segunda fase da imprensa negra. Esta fase se caracterizaria, sobretudo, pelo discurso da combatividade, que, nesse instante, adquire um caráter nitidamente político. Além disso, esta produção jornalística, nessa fase, passaria a reivindicar direitos e reclamar, de maneira mais contundente, a inclusão do negro na sociedade. Um dos indicadores dessa mudança de perfil ideológico desses periódicos (*Cultura*, *O Clarim*) frente à produção da fase anterior é a substituição, cada vez mais crescente, do uso da expressão “homem de cor” pelo termo “negro”.

Dado o contexto histórico desfavorável do pós-abolição, a simples existência de uma associação de negros e negras em São Paulo, com seus órgãos específicos de imprensa (jornal e revista), era uma façanha, digna de um povo que revelou considerável capacidade de coesão e autodefesa face ao discurso racial dominante da época, o qual apregoava a inferioridade moral, cultural e intelectual dos descendentes de africanos.

A despeito de ter sido abortado discricionariamente, o CNCS cumpriu um papel valioso: representou mais um passo do negro brasileiro na efetiva conquista de direitos civis e na construção de uma identidade racial específica no “mundo dos brancos”. Assim, em 1938, selou-se ponto final em mais uma experiência de luta do negro brasileiro: de um lado, contra a marginalização racial e, de outro, contra a exclusão social do regime republicano, abrindo-se, por conseguinte, um quadro de refluxo do movimento negro pela conquista de igualdade de direitos e oportunidades no país.

¹³ Segundo Silva (1997:111), o CNCS publicou duas revistas (*Chibata* e *Cultura*) e um jornal (*O Clarim da Alvorada*). Ora, tanto o jornal *O Clarim da Alvorada* (1924-1932) quanto a *Chibata* (1932) - que era jornal e não revista - foram publicações que antecederam em anos e meses, respectivamente, a fundação do CNCS. Portanto, não podemos confundir: as únicas publicações desta entidade foram a revista *Cultura* (1934) e o jornal *O Clarim* (1935).

Referências Bibliográficas

- ANDREWS, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo(1888 - 1988)*. Tradução: Magda Lopes, Bauru-SP: EDUSC,1998.
- _____. “O Protesto Político Negro em São Paulo(1888-1988)”. in: *Estudos Afro-Asiáticos*, (21):27-48, dez., 1991.
- BARBOSA, Márcio(Org.). *Frente Negra Brasileira: depoimentos*. São Paulo: Quilombhoje. 1998.
- BARBOSA, Wilson do Nascimento. *O Problema do Negro na História do Brasil* - Salvador: Conferência na Universidade Federal da Bahia, 1985, mimeo.
- BASTIDE, Roger. “A imprensa negra do Estado de São Paulo”. in: *Boletim de Sociologia*, nº 2, FFLCH/USP, São Paulo, 1951, pp.50-78.
- _____. e FERNANDES, Florestan. *Brancos e Negros em São Paulo*. 2ª edição, São Paulo: ed. Nacional, 1959.
- CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *A luta contra a apatia: estudo sobre a instituição do movimento negro anti-racista na cidade de São Paulo(1915-1931)*. São Paulo: Mestrado, PUC, 1983.
- CUNHA Jr., Henrique. “Notas para uma história do negro brasileiro no pós-abolição: a mudança de mentalidade da população negra no centro-sul brasileiro.” in: *Afrodíaspóra*, V.2, nº 3, p.31-42, out.,1983.
- DOMINGUES, Petronio José. *Uma história não contada. Negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Ed. Senac, 2004.
- FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1978.
- _____. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel, 1972.
- FERRARA, Mirian Nicolau. *A Imprensa Negra Paulista (1915-1963)*. São Paulo: Ed. FFLCH-USP, Coleção Antropologia, nº13,1986.
- GARCIA, Marinalda. *Os Arcanos da Cidadania. A imprensa negra paulistana nos primórdios do século XX*. São Paulo, Mestrado, FFLCH/USP, 1997.
- MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico. Os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Edusp, 1994.
- LEITE, José Correia. *...E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos*. Cuti (Organização e textos). São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

- MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações Raciais. Negros em Campinas(1888-1926)*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1997.
- MELLO, Marina Pereira de Almeida. *O Ressugir das Cinzas. Negros Paulistas no pós-abolição: identidade e alteridade na imprensa negra paulistana (1915-1923)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1999.
- MENDONÇA, Luciana Ferreira Moura. *Movimento negro: da marca da inferioridade racial a construção da identidade étnica*. São Paulo: Mestrado, FFLCH/USP, 1996.
- MOREIRA, Renato Jardim e LEITE, José Correia. *Movimentos Sociais no Meio Negro. São Paulo*, mimeogr., s/d.
- MOTTA, Ubirajara D. da. *Jornegro: um projeto de comunicação afro-brasileira*. São Bernardo do Campo: Mestrado do Instituto Metodista de Ensino Superior, 1986.
- MOURA, Clóvis. *A Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.
- _____. *As Injustiças de Clio. O negro na historiografia brasileira*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- _____. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1994.
- _____. *História do Negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1987.
- _____. *O negro, de bom escravo a mau cidadão?* Rio de Janeiro: Conquista, 1977.
- PEREIRA, João Baptista Borges. “A cultura negra: resistência de cultura à cultura de resistência.” in: *Dédalo*, 23:177-188. 1984.
- PINTO, Regina Pahim. *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*. São Paulo: Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1993.
- ROY, Teresa Maria Malatian. *A Ação Imperial Patrianovista Brasileira*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1978.
- SILVA, José Carlos Gomes da. *Os Sub Urbanos e a outra face da cidade. Negros em São Paulo (1900-1930): Cotidiano, Lazer e Cidadania*. Campinas: Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1990.
- SILVA, Maria Aparecida Pinto. *Visibilidade e respeitabilidade: memória e luta dos negros nas associações culturais e recreativas de São Paulo (1930-1968)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1997.